

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	21/09/2018
Reunião:	5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Articulação Institucional – GTAI
Grupo:	Grupo de Trabalho de Articulação Institucional
PARTICIPANTES	
INSTITUIÇÃO	
Luiz Roberto Barretti	CBH-PS
Vera Lúcia Teixeira	CBH-MPS
Luis Eduardo Amorim Ramos	Comitê Piabanha
Lívia Soalheiro	INEA
Osman Fernandes	ANA
Carin Muhlen	CBH-MPS
André Luís de Paula Marques	AGEVAP
João Gomes	CBH-BPSI
Eduardo Araújo	IGAM
Zenilson Coutinho	ASFLUCAN / CBH-BPSI
Aline Alvarenga	AGEVAP
Gabriela Miranda	AGEVAP
Tipo:	Presencial
Local:	AGEVAP
RELATO DA REUNIÃO	
Item 1 – Aprovação dos registros da última reunião	
<p>O sr. Osman Fernandes (ANA) deu início à reunião com a aprovação do registro da reunião anterior. O coordenador alterou a ordem da pauta, começando pelo item 4.</p>	
Item 2 – Informes	
<p>O Grupo definiu que a próxima reunião será extraordinária e ocorrerá no dia 7 de novembro, onde serão debatidos novos produtos do Plano de Bacia (consolidação do Diagnóstico e Prognóstico, dentre outros), visto que haverá reunião do GT Plano no dia 8 de novembro e os membros do GTAI poderão participar como ouvintes. A Reunião Ordinária do GTAI está agendada para o dia 6 de dezembro. A primeira reunião entre GTAI e as diretorias dos CBHs afluentes será em 31 de janeiro de 2019, onde serão discutidos temas em torno da integração entre o Ceivap e os sete comitês afluentes.</p>	
Item 3 – Minuta de Regimento Interno do CEIVAP referente aos seguintes tópicos	
<p>O sr. Osman Fernandes (ANA) lembrou que foram discutidas e propostas as atribuições do GTAI. Entretanto, esse tema não foi pautado ainda para a próxima plenária do CEIVAP, tendo em vista que todos os grupos permanentes do Comitê deverão se tornar Câmaras Técnicas, conforme orientado pela Diretoria do Ceivap. Em tempo, ainda em relação ao Regimento Interno, a sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) esclareceu que o pagamento de ajuda</p>	

de custo às instituições técnicas e de ensino, será objeto da próxima Plenária do Ceivap, pois na última reunião não houve quórum para aprovação.

I. Inciso II.b. (art. 4º) “os usos que proporcionem impactos regionais significativos” - O Grupo definiu que é um assunto complexo e que necessita ser melhor debatido.

II. Período de posse dos membros do comitê (ênfase nos prefeitos); e III. Mecanismos de estímulo à participação de prefeitos e demais membros - O sr. Osman Fernandes (ANA) defendeu que nos últimos anos houve pouca participação de prefeitos na plenária. E, por isso, seria necessário pensar dispositivos regimentais e ferramentas institucionais que estimulem essa participação.

IV. Mecanismos de exclusão de membros faltosos (plenário e demais instância do CEIVAP); e V. Quórum mínimo para reuniões - O sr. Osman Fernandes (ANA) comentou sobre a ausência do CBH Rio Dois Rios nas reuniões. A sra. Lívia Soalheiro (INEA) explicou que foi um posicionamento que a antiga diretoria do CBH havia tomado por medida de diminuição de gastos, mas que a nova diretoria mudou esse conceito e é necessário fazer uma reaproximação com eles. O Grupo discutiu que, mesmo com os faltosos, as reuniões estão atingindo o quórum mínimo, mas dificulta e pode atrapalhar as próximas reuniões. A sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) falou sobre os critérios que o CBH utiliza para cortar as instituições faltosas. A sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) leu o parecer jurídico feito pela AGEVAP sobre o apoio da ajuda de custo para todos os segmentos da Sociedade Civil e considerou 58 membros efetivos, ao invés de 60, por se tratarem de casos omissos. A sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) falou sobre a representação que a Sociedade Civil de São Paulo tem maior número de representantes e que tem que caminhar na linha da proporcionalidade de representantes da plenária do CEIVAP, visto que, às vezes, abre mais vaga de uma representação e ele não vem. Propôs levar proposta para o GT Regimento e seguir para o CEIVAP, para então encaminhar para o Conselho Nacional. A sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) disse que São Paulo tem uma vaga a mais na Sociedade Civil, porém, diminuiu para prefeituras. A sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) falou que o certo seria paridade também com usuários. O sr. Osman Fernandes (ANA) lembrou que essa paridade de 40% foi prevista em lei.

ENCAMINHAMENTOS

1. O Grupo solicitou que a AGEVAP faça o levantamento dos faltosos e dos que nunca indicaram algum representante para a Plenária do CEIVAP e que a Diretoria do Comitê peça que as instituições indiquem um representante ou substituto.

2. Solicitou também o levantamento dos representantes faltosos no GTAI e dos que não tem representantes.

3. O GTAI sugeriu, para o Regimento Interno, que o quórum de 50% seja baseado no número total daqueles que efetivamente tomaram posse, sem contar as vacâncias existentes.

Item 4 – Proposta de ‘Rateio de custo de obras e demais ações’

O sr. Osman Fernandes (ANA) fez um breve histórico sobre o assunto, explicando de onde vem o conceito do rateio. O sr. André Marques (AGEVAP) falou que, em relação ao custeio, o rateio já está em vigência. Explicou que a AGEVAP hoje faz uma previsão das despesas para ser analisada. A forma como é feito o rateio atualmente é por previsão de despesa, mas acredita que não deva ser a principal questão sobre rateio a ser tratada no Grupo.

O sr. Luis Amorim (Comitê Piabanha) perguntou qual seria o percentual de arrecadação e de despesa. O sr. André Marques (AGEVAP) respondeu que existem comitês fluminenses onde o valor arrecadado ao longo de determinado período e o valor que ele desembolsou gira em torno de 1%, tirando o custeio. Em tempo, explicou como é realizado atualmente nos comitês.

A sra. Livia Soalheiro (INEA) comentou, em termos percentuais em relação à arrecadação do recurso da cobrança, e não da compensação financeira, se situa em 5,7% para os quatro comitês fluminenses. O sr. André Marques (AGEVAP) completou dizendo que o Plano de Bacia vai ter o Manual Operativo, que vai definir as ações e como serão utilizados os recursos financeiros, porém, é preciso pensar na integração da bacia. Não falar só do rateio de custos, mas também de **custeios e ações**, que podem ser divididas, como o PSA, que faz o pagamento por contrapartida.

A sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) afirmou tendo em vista que a arrecadação do Comitês Afluentes estaduais é bem menor do que a arrecadação do CEIVAP, é preciso que na elaboração do Plano de Ação e do PAP do CEIVAP seja levado em conta as necessidades dos comitês afluentes de forma integrada, pois isso trará benefícios para toda a bacia.

O sr. Luiz Roberto Barretti (CBH-PS) disse que como comitê de integração, tem que ter visão macro, tem que pensar em soluções para os problemas da bacia, e o plano está fazendo isso. A estratégia vai ser definida pelo resultado do Plano.

O sr. João Gomes (CBH-BPSI) falou que o CEIVAP tem que ter um caminho de priorização, uma consultoria de investimento, escolher o que vai fazer para a bacia tendo em mente as prioridades na visão macro. Sugeriu buscar mais os conhecimentos da AGEVAP na área de consultoria e conhecimento sobre os outros comitês.

O sr. Osman Fernandes (ANA) fez uma observação sobre o Plano definir as prioridades, mas gostaria de chamar essa responsabilidade para o GTAI. Ressaltou que a consultoria não faz o plano, só apresenta as diretrizes para o comitê deliberar. Mostrou no mapa os pontos de entrega em estado crítico. O comitê define premissas e critérios para decidir por onde começar. Quem define é o Plano a partir das decisões do comitê, não a consultoria.

O sr. André Marques (AGEVAP) comentou sobre os critérios definidos na Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP e disse que o GTAI definiu os 22 (vinte e dois) pontos de monitoramento, sendo alguns pontos de entrega, consensuado entre todos os CBHs.

A sra. Livia Soalheiro (INEA) argumentou que a forma mais prática de buscar a integração é o CEIVAP fazer um novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP), depois do Plano de Bacia.

Pensar o PAP de forma integrada entre CEIVAP e comitês afluentes. Disse que entende a importância de pulverizar as ações, pois algumas ações menores aproximam o comitê e a população e que os valores do rateio tem que estar explícitos. A AGEVAP está fazendo o papel dela de integradora, mas os comitês não estão. Esplanou um pouco acerca da situação do Guandu e do equilíbrio financeiros entre os comitês. Em tempo, comentou sobre o Programa Escola de Projetos, discutido na CTC, e que os projetos que forem elaborados ali, se forem do PAP dos comitês estaduais e do federal, estará dentro da proposta de trabalhar em sinergia.

A sra. Carin Muhlen (CBH-MPS) repassou algumas informações sobre a última reunião do GT Plano. Esclareceu que foi entregue o Produto Parcial 02 do Plano de Bacia sobre a consolidação do Prognóstico e versão preliminar do banco de dados. Esse produto já pode ser compartilhado e não precisaria esperar todo o Plano ficar pronto para começar a usar esse banco de dados. O documento menciona ainda sobre a ausência de clareza na gestão e no papel de cada estado. Comentou que seria interessante os membros enviarem sugestões para que o Plano seja do comitê e seus membros envolvidos.

O sr. Osman Fernandes (ANA) perguntou se ela tem sugestão de quais temas o Comitê poderia contribuir para melhor encaminhamento das questões que já estão no Plano. A sra. Carin Muhlen (CBH-MPS) respondeu que as páginas de 240 a 293 falam sobre gestão integrada, e seria interessante o GTAI colaborar nesse capítulo, abordando como fazer a sinergia entre os órgãos gestores. Se comprometeu a enviar o documento para os membros do GTAI analisarem e enviarem suas sugestões para que, em seguida, ela repasse ao GT Plano.

O sr. Luiz Roberto Barretti destacou que os CBHs não são iguais. Em São Paulo o modelo de gestão é diferente dos outros estados porque é integrado ao Plano Estadual, não à bacia. Quando pensar em aplicação em parceria é importante lembrar que lembrar que no estado de São Paulo funciona de outro jeito. Enquanto não mudarem a legislação paulista, não tem como fazer o mesmo tipo de compromisso que os outros estados.

O sr. André Marques (AGEVAP) afirmou que existem opções ou possibilidades de contrapartida, como está sendo feito em São José do Barreiro.

O sr. Eduardo Araújo (IGAM) mencionou que não vê nada mais importante que a integração dos instrumentos de gestão. Primeiro deve-se pensar na integração, depois na sinergia.

O sr. João Gomes (CBH-BPSI) comentou que gostaria de analisar, antes da próxima reunião da Câmara Técnica, a parte do documento que faz um complemento desde o início até 2017 e que a questão da gestão é muito importante.

A sra. Carin Muhlen (CBH-MPS) disse que fez algumas alterações pois falta consistência nas fontes e nas referências. Repassou as informações do GT Plano e falou das correções que foram sugeridas.

O sr. André Marques (AGEVAP) sugeriu pegar o relatório síntese, com qualidade, vegetação, quantidade, que foi apresentado na penúltima reunião do GT Plano e pedir para apresentarem no GTAI. Assim, será possível ver o problema macro.

A sra. Carin Muhlen (CBH-MPS) comentou que outra questão crítica é demanda para uso agrícola e industrial. No documento constam as premissas que foram consideradas, mas tem muitas informações divergentes se comparados com os dados da Agência Nacional de Águas de 2017.

O sr. Osman Fernandes (ANA) mencionou que a Lei 9433 é nacional e o estado de São Paulo deveria se adequar a ela. Disse que é difícil dialogar com as instâncias estaduais paulistas sobre o rio Paraíba do Sul em relação às suas interfaces com o comitê federal.

O sr. Luiz Roberto Barretti (CBH-PS) comentou que a cobrança pelo uso rural foi proposta pelo estado, divulgada dentro do Conselho Estadual e nenhum governador assinou até hoje, mas está na Política Estadual.

A sra. Livia Soalheiro (INEA) afirmou que integração é sempre referente ao CEIVAP como um todo, e que o Guandu não faz parte da região, mas faz parte do GTAI. É preciso pensar na integração com o Guandu, que também está elaborando seu Plano de Bacia agora e esse é o momento para o diálogo, para que os Planos estejam em consonância.

O sr. Osman Fernandes (ANA) mencionou que esse tema poderia ser pauta na próxima reunião do GTAI para discutir qual é a natureza da integração com comitês contíguos que não fazem parte da bacia, como o Guandu que é o caso mais emblemático, e que tipo de integração é mais pertinente.

O sr. Luis Amorim (Comitê Piabanha) disse que as estratégias têm que ser definidas no macro e que aqui não comporta a identidade micro.

A sra. Livia Soalheiro sugeriu fazer duas reuniões: a primeira reunião do GTAI com as Diretorias (ou quem as Diretorias enviarem) do CEIVAP e dos comitês afluentes, visando a integração interna. E a segunda com os mesmos representantes da anterior, além da presença dos comitês adjacentes, como o Guandu e eventualmente o Cantareira, o Baía da Ilha Grande e o Baía de Guanabara, a fim de fazer a integração. Por último, realizar uma oficina, juntando o conteúdo que for decidido nas duas reuniões anteriores.

Em tempo, propôs que os projetos que saírem da Escola de Projetos tenham relação com o Plano de Aplicação Plurianual do comitê afluente e do comitê federal.

O sr. João Gomes (CBH-BPSI) falou que os CBHs Rio Dois Rios e Piabanha também são afluentes e têm que participar mais e estar mais incluídos na integração.

A sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) disse que precisa receber os documentos do que é tratado nas reuniões que tem representantes, como CTC, GT Plano e que nas reuniões do GTAI precisa ter apresentação do que foi decidido nesses outros grupos que o GTAI tem representantes. É importante caminhar junto, porque o comitê paulista tá muito adjacente, e resgatar o grupo de encontro de comitês federais. Falou que Escola de Projetos encaixa com a formação do PAP e dela já tem que sair um plano de trabalho.

O sr. Osman Fernandes (ANA) fez uma contraproposta. Ele disse que os documentos podem

ser encaminhados, mas não vai ser muito funcional, pois nem todos terão tempo hábil de ler e contribuir. Sugeri que a sra. Carin Muhler (CBH-MPS), representante no GT Plano, faça uma apresentação resumida do que foi discutido de mais relevante e passe para o GTAI.

O sr. André Marques (AGEVAP) disse que é muito importante a discussão da diretoria dos quatro comitês, conforme sugeriu a sra. Livia Soalheiro, para pensar nas diretrizes de um orçamento integrado.

ENCAMINHAMENTOS:

1. O Grupo propôs a realização de duas reuniões: A primeira reunião do GTAI com as Diretorias (ou quem as Diretorias enviarem) do CEIVAP e dos Comitês Afluentes, visando a integração interna. E a segunda com os mesmos representantes da anterior, além da presença dos comitês adjacentes, como o Guandu e eventualmente o Cantareira, o Baía da Ilha Grande e o Baía de Guanabara, a fim de fazer a integração. Por último, realizar uma oficina, juntando o conteúdo que for decidido nas duas reuniões anteriores.

2. Os documentos do GT Plano podem ser enviados aos membros do GTAI, mas a sra. Carin Muhler fará uma apresentação sobre o resumo e os assuntos mais relevantes tratados na reunião.

3. As reuniões conjuntas também devem pensar nas diretrizes para um orçamento integrado entre os CBHs.

4. O sr. André Marques (AGEVAP) sugeriu alguns temas prioritários a serem debatidos em relação ao rateio de custos de projetos, como Sistema de Informação, PSA Hídrico, Água e Esgoto, prioritariamente.

5. O sr. Luis Amorim (Comitê Piabanha) sugeriu que na pauta tenha uma planilha com os encaminhamentos das reuniões anteriores. Pediu ainda que sejam enviados os documentos sobre OCDE, Projeto Legado e ODS 6. O sr. Osman Fernandes (ANA) se propôs a enviar a apresentação e a cada reunião do GTAI será discutido um desses itens, após o Plano de Bacia.

Item 5 – Harmonização dos Instrumentos de Gestão e de Ferramentas associadas.

O sr. André Marques (AGEVAP) fez menção às reuniões que aconteceram sobre o **Monitorar** e que o Comitê definiu 22 pontos de monitoramento na Bacia. Explicou as etapas sobre o processo, o workshop e que o programa está parado, mas os 22 pontos foram visitados para ver o que precisa ser feito em cada um. Em seguida, relatou que foi nos órgãos gestores dos três estados e, nessas conversas, ficou acordado que os dados seriam tratados pelos órgãos gestores e eles disponibilizariam as informações. Os três órgãos concordaram em contratar alguém, treinar e receber os dados depois. Comentou que ainda falta uma conversa com a Agência Nacional de Águas, que possuía um projeto para realizar atividade semelhante em dez estações. Comentou que irá tentar uma conversa com a ANA, para que ela faça esses dez pontos e o CEIVAP faça os outros 12. Resgatou que o programa Monitorar é de ação continuada e todo ano haverá um desembolso para isso. Falou da situação dos três estados e, em relação a qualidade, ressaltou que a CETESB está mais

avançada. Explicou que a ideia inicial é trocar as 22 estações. Destacou que assim que o escopo estiver consolidado será apresentado ao Grupo.

O sr. Luiz Roberto Barretti (CBH-PS) perguntou se cada órgão gestor será responsável por fazer a parte de campo e de análise do seu estado. O sr. André Marques (AGEVAP) respondeu que a coleta da amostra será feita por uma empresa co. A ideia era cada estado fazer a análise, mas a CETESB está mais avançada e fará dos três estados, que vão pagar para isso.

Não havendo mais assuntos a tratar, o coordenador do GTAI, Osman Fernandes (ANA), encerrou a reunião.

Início:	10h	Encerramento	16h e 15 min
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		